

Acordo com credores não sai até o dia 17

5 JAN 1986

O presidente do Banco Central, FERNÃO BRACHER, disse que o acordo definitivo com os bancos credores para a rolagem da dívida externa vencida desde o início de 1985 não sairá mesmo até o próximo dia 17, quando termina a vigência do acordo provisório já prorrogado por três vezes desde fevereiro do ano passado. Mas Bracher manifestou tranquilidade quanto à obtenção até o dia 17 de uma solução para que o País mantenha os créditos de curto prazo de US\$ 14,9 bilhões — US\$ 9,4 bilhões de linhas comerciais e US\$ 5,5 bilhões de depósitos interbancários — junto aos bancos privados internacionais.

O Brasil e os bancos credores ainda precisam percorrer longo caminho até chegarem a um acordo para a revisão das bases da rolagem da dívida do País. Por isso, o presidente do Banco Central reiterou que, até o próximo dia 17, o Brasil retoma as negociações, através do diretor para assuntos da dívida externa do BC, Antonio de Pádua Seixas, e soluciona os compromissos de curto prazo, mas não espera chegar ao acordo definitivo para o reescalonamento das dívidas de médio e longo prazos vencidas em 1985 — US\$ 6,06 bilhões — e a vencer este ano — US\$ 8,31 bilhões — em novas bases, como a redução do "spread" (taxa de risco) e suspensão do pagamento de comissões, aos bancos credores.

As duas próximas semanas envolverão os gabinetes de Washington, Nova Iorque e Brasília em intensas negociações. De Washington, após ter o parecer de seu staff quanto ao relatório informal brasileiro sobre o "pacote fiscal", o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Jacques de Larosière, deve

comunicar, no início desta semana, ao ministro da Fazenda, DILSON FUNARO, e ao presidente do Banco Central o que o FMI pode fazer para ajudar a rolagem da dívida externa do País.

Em Nova Iorque, os bancos líderes da renegociação da dívida brasileira — catórtze integrantes do comitê de assessoramento dos bancos credores: Citibank, Lloyds, Morgan, Bank of America, Chase Manhattan, Bankers Trust, Manufacturers, Deutsche, Union Bank of Switzerland, Bank of Tokyo, Bank of Montreal, Chemical, Credit Lyonnais e Arab Banking Corporation — precisarão convencer outras quase 700 instituições a abandonarem qualquer cogitação de cortar o capital de giro do Brasil, representado pelos US\$ 14,9 bilhões de créditos de curto prazo.

Já Brasília enfrenta o desafio de convencer os credores externos de que existe, mais do que simples retórica, uma política econômica concreta. De início, passadas as eleições municipais de novembro último, o Brasil procurou acabar com os mal-entendidos e buscou a reaproximação com o FMI. O País deixou claro que não vê razões para acordo formal com o FMI simplesmente porque não pretende sacar dinheiro novo do Fundo. Mas o Brasil continua a reconhecer a importância do FMI e até "ficaria decepcionado" se o Fundo deixasse de participar da renegociação da dívida brasileira.

Agora, o governo brasileiro e os bancos credores esperam por algum sinal de Larosière para dar sustentação à quarta prorrogação do acordo provisório de rolagem da dívida vencida desde janeiro de 1985. Além da situação incômoda de não ter o FMI comprometido formalmente com a renegociação da

dívida, os bancos credores esperam ganhar tempo, com a prorrogação do acordo provisório, para ver como o País conseguirá a façanha de ampliar, ao mesmo tempo, o consumo e o investimento, internamente, sem permitir a explosão inflacionária, os próximos meses, mesmo com o choque agrícola.

Logo após a sua posse, em agosto último, o próprio presidente do Banco Central disse que o Brasil, para obter uma boa renegociação da dívida, teria que exibir uma economia forte, "com sensação geral de inflação sob controle". A insistência dos credores pelo menos por um "acordo informal" com o FMI mostra que o Brasil não consegue convencer à comunidade financeira internacional de que a sua economia atingiu força suficiente para lastrear a renegociação efetiva da dívida, nas novas condições — melhores qualitativas — exigidas pelas autoridades brasileiras, sobretudo a redução da remuneração paga aos banqueiros.

Apesar de todo o discurso oficial do governo brasileiro, os credores ainda detectam "o risco Brasil", com a persistência dos componentes internos capazes de gerar o desequilíbrio externo, como o excesso de demanda agregada, alimentado pelo déficit público e pela expansão exagerada da moeda e do crédito. Os banqueiros temem que, para conter a pressão inflacionária do descontrole dos gastos públicos e da moeda, o Brasil resolva abandonar a preocupação com a geração de crescentes superávit comerciais e perca a capacidade de manter em dia os juros da dívida externa. Só o tempo e a competência interna podem levar o Brasil a eliminar os temores externos.